

23/04/2014

PLENÁRIO

**MANDADO DE SEGURANÇA 28.033 DISTRITO FEDERAL**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. MARCO AURÉLIO</b>
<b>IMPTE.(S)</b>	<b>: CLÁUDIA LÚCIA ROCHA CUBAS BRIOSA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: PEDRO HENRIQUE GAMA FERREIRA</b>
<b>IMPDO.(A/S)</b>	<b>: PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO</b>

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. A Administração Pública submete-se ao princípio da legalidade, sobrepondo-se ao regulamento a lei em sentido formal e material.

SERVIDOR PÚBLICO – SUSPENSÃO. Consoante dispõe o inciso II do artigo 141 da Lei nº 8.112/90, viabilizando o salutar duplo grau administrativo, cumpre à autoridade de hierarquia imediatamente inferior às mencionadas na cabeça do artigo, entre as quais os presidentes dos tribunais federais, impor a suspensão do servidor quando ultrapassado o período de trinta dias. Inconstitucionalidade do Regulamento da Secretaria do Supremo que, ao prever a autoria da sanção pelo dirigente maior do Tribunal, fulminando a revisão do ato, versa limitação conflitante com a lei de regência.

**A C Ó R D ã O**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal em deferir a segurança, nos termos do voto do relator e por maioria, em sessão presidida pelo Ministro Joaquim Barbosa, na conformidade da ata do julgamento e das respectivas notas taquigráficas.

Brasília, 23 de abril de 2014.

**MINISTRO MARCO AURÉLIO – RELATOR**

**23/04/2014**

**PLENÁRIO**

**MANDADO DE SEGURANÇA 28.033 DISTRITO FEDERAL**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. MARCO AURÉLIO</b>
<b>IMPTE.(S)</b>	<b>: CLÁUDIA LÚCIA ROCHA CUBAS BRIOSA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: PEDRO HENRIQUE GAMA FERREIRA</b>
<b>IMPDO.(A/S)</b>	<b>: PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO</b>

**RELATÓRIO**

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Adoto, a título de relatório, as informações prestadas pelo Gabinete:

O mandado de segurança em referência tem por objeto o ato mediante o qual o Presidente do Supremo aplicou à impetrante punição disciplinar que consistiu em sessenta dias de suspensão, em razão de fatos ocorridos no âmbito da Coordenadoria de Taquigrafia e Estenotipia deste Tribunal.

Vossa Excelência concedeu a liminar nos termos seguintes:

**COMPETÊNCIA ADMINISTRATIVA –  
PENA DE SUSPENSÃO – ARTIGO 141  
DA LEI Nº 8.112/90 VERSUS ARTIGO 65,  
ALÍNEA “N”, DO REGULAMENTO DA  
SECRETARIA DO SUPREMO TRIBUNAL  
FEDERAL – PREVALÊNCIA DA NORMA  
LEGAL – RELEVÂNCIA DA  
ARTICULAÇÃO – MANDADO DE  
SEGURANÇA – LIMINAR DEFERIDA.**

**MS 28033 / DF**

1. Eis como a Assessoria retratou as balizas desta impetração:

A impetrante, analista lotada na Coordenadoria de Taquigrafia e Estenotipia do Supremo, busca anular o ato do Presidente da Corte mediante o qual, acolhendo o Parecer nº 50/2009 da Assessoria Jurídica (folhas 9 e 10), endossado pelo Diretor-Geral (folha 11), lhe foi imposta a pena de suspensão de sessenta dias, no âmbito do Processo Administrativo Disciplinar nº 330.721/STF, com fundamento nos incisos IV, IX e XI do artigo 116 e incisos IV e V do artigo 117 da Lei nº 8.112/90 (folha 12 a 21).

Aponta, como causa de pedir, a existência de dois vícios formais. O primeiro seria a incompetência para a formalização do ato, porquanto não caberia à autoridade impetrada, mas ao Diretor-Geral da Casa, a aplicação da pena de suspensão superior a trinta dias, a teor do inciso II do artigo 141 da Lei nº 8.112/90, considerada a hierarquia administrativa imediatamente inferior à Presidência do Tribunal. O segundo diria respeito à ofensa ao contraditório e à ampla defesa, quer pela falta de ciência da decisão do Diretor-Geral para oportunizar o recurso administrativo ou a impetração de mandado de segurança contra o ato, quer pela supressão de instância recursal, ao Presidente da Corte, considerada a referida competência para a aplicação da pena.

Sob o ângulo do risco, alude à iminência de ser afastada do exercício funcional - obstando a percepção dos vencimentos - e à publicação do ato, a

**MS 28033 / DF**

qual encerrará o caráter sigiloso do processo, causando-lhe prejuízos morais. Requer o deferimento de medida acauteladora para suspender o ato atacado, vindo, alfim, a declarar nula a penalidade imposta.

Acompanham a inicial os documentos de folha 8 a 24.

O processo está concluso para o exame do pedido de liminar.

Registro a ciência do ato atacado em 12 de maio de 2009 e a impetração do mandado de segurança em 25 seguinte.

2. Quanto ao deslocamento do processo para a Presidência, não tendo ocorrido a ciência da impetrante, verifica-se a observação do disposto na alínea “n” do artigo 65 do Regulamento da Secretaria do Supremo. Previsto o ato do Presidente do Tribunal, a remessa era consectário que se impunha, não cabendo cogitar da intimação, para tanto, da interessada.

No tocante ao conflito do Regulamento da Secretaria com a Lei nº 8.112/90, vê-se a relevância. Conforme a citada lei, deve implementar a suspensão a autoridade administrativa imediatamente inferior à revelada pela Presidência do Tribunal. De início, sobrepõe-se à disciplina mediante regulamento a lei em sentido formal e material.

3. Defiro a liminar pleiteada para suspender, até a decisão final deste mandado de segurança, a eficácia do ato impugnado. Assim procedo, individualmente, ante o

**MS 28033 / DF**

fato de ter sido formalizado não no campo jurisdicional, mas no administrativo, não havendo necessidade de submissão ao Plenário.

4. Solicitem informações à autoridade apontada como coatora.

5. Vindo ao processo a manifestação, colham o parecer do Procurador-Geral da República.

6. Publiquem.

Brasília – residência –, 1º de junho de 2009, às 16h45.

A autoridade coatora, nas informações de folha 35 a 41, deixa de impugnar a alegação de ofensa aos princípios do contraditório e da ampla defesa, ao argumento de já terem sido afastados no momento da apreciação da liminar. Sustenta que o deslocamento do processo para a Presidência do Tribunal se deu por imperativo de impessoalidade, pois esta não tem contato pessoal com a servidora. Afirma que a norma aplicável à espécie é a do artigo 65, alínea “n”, do Regulamento da Secretaria do Tribunal, o qual versa expressamente que devem ser remetidos à Presidência os casos em que a punição disciplinar excede a suspensão de trinta dias. Consoante articula, a Lei nº 8.112/90 prevê o recurso hierárquico à autoridade superior àquela que decidiu – no caso, o próprio Presidente do Tribunal –, não havendo incompetência a ser declarada. Aponta não ter ocorrido supressão de instância recursal, porquanto inexistente o direito ao duplo grau de jurisdição no âmbito do processo administrativo. Em defesa da tese, cita as decisões proferidas nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade nº 1.922 e 1.976. Assevera, por fim, que não houve prejuízo à servidora, pois esta optou por não fazer uso dos instrumentos recursais estabelecidos na Lei nº 8.112/90,

**MS 28033 / DF**

os quais seriam suficientes para sanar qualquer vício.

A Procuradoria Geral da República, no parecer de folha 45 a 47, opina pelo indeferimento da ordem, adotando como fundamento as razões expostas nas informações prestadas pela autoridade coatora.

O processo encontra-se aparelhado para julgamento.

É o relatório.

**23/04/2014****PLENÁRIO****MANDADO DE SEGURANÇA 28.033 DISTRITO FEDERAL****VOTO**

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – Colho da petição de folha 2 a folha 7 que a impetração estampa dois fundamentos jurídicos autônomos, a saber: (i) inobservância dos princípios do contraditório e da ampla defesa, pois o Parecer nº 50/2009 (folhas 9 e 10), que implicou o reconhecimento da competência da Presidência do Supremo para a aplicação da punição disciplinar cominada à impetrante, teria sido produzido sem que esta fosse ouvida e (ii) incompetência do Presidente deste Tribunal para impor a penalidade de suspensão de sessenta dias, o que se depreende da conjugação dos incisos I e II do artigo 141 da Lei nº 8.112/90.

Quanto ao primeiro, assentei, na apreciação da liminar, que o deslocamento do processo à Presidência era consectário do disposto na alínea “n” do artigo 65 do Regulamento da Secretaria do Supremo, sendo descabida a intimação da interessada para manifestar-se. Acrescento que a defesa quanto à imputação efetuada no processo administrativo disciplinar foi viabilizada à impetrante, o que está expressamente consignado no item 4 do relatório de folha 14. Logo, tem-se por observados os princípios da ampla defesa e do contraditório. De qualquer forma, não se estabelece contraditório entre a atividade de consultoria interna prestada no interior da Administração, que tem por objetivo fornecer subsídios jurídicos à autoridade competente para decidir, e o eventual interessado no procedimento.

Relativamente ao segundo, entendo assistir razão à impetrante. O artigo 141, incisos I e II, da Lei nº 8.112/90 expressamente exclui da esfera de atribuições da Presidência dos Tribunais Federais a aplicação de penalidades que não sejam de demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade de servidor vinculado ao respectivo Poder, órgão ou entidade. Vejam:

**MS 28033 / DF**

Art. 141. As penalidades disciplinares serão aplicadas:

I - pelo Presidente da República, pelos Presidentes das Casas do Poder Legislativo e dos Tribunais Federais e pelo Procurador-Geral da República, quando se tratar de demissão e cassação de aposentadoria ou disponibilidade de servidor vinculado ao respectivo Poder, órgão, ou entidade;

II - pelas autoridades administrativas de hierarquia imediatamente inferior àquelas mencionadas no inciso anterior quando se tratar de suspensão superior a 30 (trinta) dias;

III - pelo chefe da repartição e outras autoridades na forma dos respectivos regimentos ou regulamentos, nos casos de advertência ou de suspensão de até 30 (trinta) dias;

IV - pela autoridade que houver feito a nomeação, quando se tratar de destituição de cargo em comissão.

No âmbito interno, dispõe o artigo 65, inciso IX, alínea “n”, do Regulamento da Secretaria do Supremo:

Art. 65. Além das fixadas no Regimento Interno, são atribuições do Diretor-Geral da Secretaria:

IX - praticar atos de gestão de pessoal, administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial, a saber:

n) elogiar servidores e aplicar penas disciplinares de advertência e de suspensão até trinta dias, submetendo ao Presidente aquelas que excederem a esse período;

**MS 28033 / DF**

Há clara discrepância entre a previsão da Lei nº 8.112/90 quanto à aplicação de punições disciplinares e o disposto no artigo 65, inciso IX, alínea “n”, do Regulamento da Secretaria deste Tribunal no que limita a suspensão de servidores pelo Diretor-Geral da Secretaria aos trinta dias. A respeito da matéria, ao deferir a liminar, fiz ver: “sobrepõe-se à disciplina mediante regulamento a lei em sentido formal e material”. Logo, o descompasso entre o regulamento administrativo e a lei resolve-se em favor desta última. O princípio da legalidade exige plena submissão da atividade administrativa ao estabelecido em lei, o que avulta em importância no denominado processo administrativo sancionador. Nesse caso, a lei figura como relevante garantia do administrado de que não será submetido a arbitrariedades.

No tocante à tese, veiculada nas informações de folha 36 a 41, de que a Presidência exerce a função de controle hierárquico do Tribunal, sendo-lhe permitido rever as decisões adotadas pelos subordinados, inclusive as do Diretor-Geral, o argumento não pode ser acolhido. O princípio hierárquico, que rege as relações internas da Administração, não se sobrepõe ao da legalidade, mas nele está contido. A hierarquia encontra fundamento e limites na letra da lei.

Concluo, por fim, que, segundo já assentou o próprio Supremo, a Constituição de 1988 consagrou, no artigo 5º, inciso LV, o direito ao duplo grau administrativo, inclusive independentemente de depósito prévio de valores – Recurso Extraordinário nº 388.359-3, de minha relatoria, acórdão publicado no Diário da Justiça de 28 de março de 2007. A manutenção do ato impugnado contraria esse entendimento.

Pelo exposto, defiro a segurança, declarando a inconstitucionalidade da expressão “até trinta dias, submetendo ao Presidente aquelas que excederem a esse período”, contida na alínea “n” do inciso IX do artigo 65 do Regulamento da Secretaria do Supremo.

**23/04/2014**

**PLENÁRIO**

**MANDADO DE SEGURANÇA 28.033 DISTRITO FEDERAL**

**VOTO**

**O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO:**

1. Senhor Presidente, a impetração suscita dois alegados vícios formais: (i) ausência de intimação para eventual questionamento do Parecer nº 50/2009, da Assessoria Jurídica deste Tribunal, bem como da decisão que o acolheu, emanada do Diretor-Geral do STF; e (ii) falta de competência do Presidente do STF para decidir o processo disciplinar e aplicar a sanção de suspensão pelo prazo de sessenta dias, uma vez que a atribuição seria da autoridade administrativa situada no nível hierárquico imediatamente anterior, nos termos do art. 141, II, da Lei nº 8.112/90.

2. Na linha do parecer apresentado pela Procuradoria-Geral da República, entendo que as alegações não se sustentam. Em primeiro lugar, não verifico cerceamento à ampla defesa na circunstância de não se ter aberto prazo para eventual impugnação do Parecer nº 50/2009 e da decisão que o acolheu, ambos já referidos. Como se constata às fls. 9 e 10, tal parecer limitou-se a atestar a regularidade formal do processo administrativo desenvolvido até aquele momento e sugerir a remessa dos autos à Presidência da Corte, que teria competência para decidir o mérito da controvérsia. Não houve, portanto, qualquer inovação substancial nas imputações. A alegação de que a remessa à Presidência teria sido inválida, por sua vez, diz respeito ao segundo item da impetração.

3. Nesse ponto, em segundo lugar, não me impressiona o argumento de que haveria uma nulidade pelo fato de, nos termos do Regimento Interno do STF, o processo administrativo haver sido decidido diretamente pela autoridade superior, que poderia avocar a matéria. Nulidade haveria, isso sim, na hipótese inversa. Vale dizer: se a norma regimental determinasse a apreciação por autoridade de nível hierárquico

**MS 28033 / DF**

inferior ao previsto na Lei nº 8.112/90. Com maior importância, a decisão pelo Presidente da Corte não suprimiu o direito a eventual recurso para o mesmo órgão, não manejado pela impetrante. Com efeito, inexistente direito subjetivo a um necessário duplo grau de análise administrativa nos casos em que a decisão seja proferida, desde logo, pela autoridade máxima de determinada cadeia administrativa.

4. Com essas considerações, denego a ordem. É como voto.

23/04/2014

PLENÁRIO

**MANDADO DE SEGURANÇA 28.033 DISTRITO FEDERAL**

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – Comungamos quanto à primeira causa de pedir, que seria a necessária observância do contraditório considerado simples parecer apresentado à Presidência. Estamos a divergir no tocante à segunda causa de pedir. Conforme procurei revelar, não se sobrepõe à Lei nº 8.112/90, que é explícita a respeito da competência e da atribuição administrativa, o Regimento Interno.

A lei, não fiz antes a leitura do preceito, é muito clara ao revelar que:

"Art. 141. As penalidades disciplinares serão aplicadas:

I - pelo Presidente da República, pelos Presidentes das Casas do Poder Legislativo e dos Tribunais Federais e pelo Procurador-Geral da República," – repito: Presidente dos Tribunais Federais, incluído aqui o Supremo – "quando se tratar de demissão e cassação de aposentadoria ou disponibilidade de servidor vinculado ao respectivo Poder, órgão, ou entidade;"

E vem o inciso II:

"II - pelas autoridades administrativas de hierarquia imediatamente inferior àquelas mencionadas no inciso anterior" – portanto, inferior ao Presidente do Tribunal – "quando se tratar de suspensão superior a 30 (trinta) dias;"

O que haverá se endossarmos o Regimento Interno? Este teria revogado a Lei nº 8.112/90 ao prever que a autoridade imediatamente inferior, na hierarquia, ao Presidente do Tribunal apenas teria incumbência de punir, com a suspensão, caso o prazo não extravase os trinta dias.

Por isso, aponte e concluí que esse preceito conflita com o princípio básico inserido no artigo 37 da Constituição Federal, regedor da

**MS 28033 / DF**

Administração Pública, que é o da legalidade. A lei não distingue considerado o período de suspensão.

**O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI:**

E, aqui, Ministro Relator, não houve avocação. Foi por força da norma regulamentar.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – E a pretexto de que o Diretor-Geral não seria isento, porque tem contato direto com os servidores, e o Presidente da Casa não o tem!

Se vingar essa óptica, concentraremos na Presidência todos os atos punitivos, mesmo não enquadráveis no inciso que atribui a competência à autoridade maior.

**23/04/2014**

**PLENÁRIO**

**MANDADO DE SEGURANÇA 28.033 DISTRITO FEDERAL**

**ESCLARECIMENTO**

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI - Senhor Presidente, antes de votar, eu gostaria de um esclarecimento do Ministro Relator. Se Sua Excelência não tiver condição de prestar o esclarecimento, eu vou pedir vista.

É que, nesta questão da competência, há um sentido prático importante. Muitas vezes, a imputação contra o servidor é por uma infração que, em tese, permite a pena de demissão. E, ao apreciar o processo, o Presidente, no ato de julgar, entende que a pena cabível não é demissão, mas uma pena menor. Penso que, nesses casos, não haveria sentido nenhum o Presidente afirmar: "Não é caso de demissão, mas de suspensão, e, portanto, determino que o processo baixe a uma autoridade inferior que pode aplicar a pena." Penso que, nesse caso, haveria óbice a que o próprio Presidente aplique a pena menor. Em outras palavras, a competência seria determinada pela imputação, e não pelo resultado da pena aplicada. Por isso que eu pergunto a Sua Excelência se, na imputação que foi feita, comportava-se, em tese, a aplicação de pena de demissão.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – O que houve foi uma manifestação da Assessora-Chefe, preconizando a suspensão por sessenta dias.

O processo administrativo seguiu, houve a manifestação – deixem-me ver de que setor –, longa manifestação...

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI - Quer dizer, desde o início, a punição prevista...

**O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - Ministro**

**MS 28033 / DF**

Teori, o que me chamou a atenção foi que quem encaminhou ao Presidente foi o Diretor-Geral. De modo que eu suponho que, talvez, pudesse ...

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – Completando a informação ao ministro Teori, já que atuo no processo, até aqui, pelo menos, como relator e posso, se o Colegiado deliberar, ser afastado dessa mesma relatoria.

Então, o que houve? O Diretor-Geral, Doutor Alcides Diniz da Silva, lançou: "De acordo" – de acordo com o parecer, e mais –, "ao Senhor Presidente, nos termos do parecer" – que seria o Parecer Jurídico da Assessoria Jurídica nº 50. Esse parecer foi conclusivo:

Então, considerando que a Comissão Disciplinar sugeriu aplicar a Cláudia Lúcia Rocha Cubas Briosa a penalidade de suspensão, forçoso concluir que o julgamento do presente processo administrativo escapa à competência do Diretor-Geral.

Foi a conclusão da Assessoria Jurídica, potencializando o Regimento Interno em detrimento da lei. Isso é evidente. Houve a conclusão do Diretor, que, a meu ver, abriu mão de uma atribuição que a lei, no caso, prevê como dele. Deu-se a conclusão ao então Presidente do Tribunal, e este decidiu.

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI - Certo.

Então, aparentemente, não se configura essa hipótese que ...

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - Ministro Teori, o Diretor-Geral, em tese competente para aplicar a pena, deliberou encaminhar ao Presidente.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – Em síntese, “lavou as mãos.”

**MS 28033 / DF**

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI - Sim, mas ele deliberou encaminhar, aparentemente, porque a sugestão da comissão seria uma pena de sessenta dias, e ele, Diretor, entendia que só podia aplicar pena até trinta dias, não é isso?

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – Exato. Isso observando não a Lei nº 8.112/90, mas o Regulamento da Secretaria.

**23/04/2014**

**PLENÁRIO**

**MANDADO DE SEGURANÇA 28.033 DISTRITO FEDERAL**

**VOTO**

**O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI** - Então, a questão realmente ganha uma configuração mais restrita: é a de saber se prevalece o Regimento Interno ou a Lei.

Nesse caso, vou pedir vênia ao Ministro Barroso para acompanhar o Relator, com apenas uma observação: a competência, aqui, é realmente do Diretor-Geral, mas não penso que seja o caso de declarar a inconstitucionalidade do Regimento Interno, porque a relação entre o Regimento e a Lei não é uma relação de incompatibilidade constitucional. Aqui, haveria uma incompatibilidade entre normas infraconstitucionais.

**O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR)** – Parti de uma premissa: como o regulamento acabou por derogar a lei, teríamos, em segundo plano, o princípio da legalidade estrita previsto no artigo 37 da Constituição Federal. Foi essa a premissa do meu voto.

**O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI** - Mas o regulamento não é anterior à Lei?

**O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR)** – Não, o regulamento, penso, é posterior à Lei.

Eu posso dizer a data respectiva – deixem-me verificar no voto. A lei é de 1990, vamos ver de quando é o regulamento. Talvez não tenha, de imediato, esse dado.

"Processo Disciplinar. Artigo 141 do regulamento."

**O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI** - Mas, de qualquer modo, mesmo que seja posterior, salvo melhor juízo, a jurisprudência do Supremo é no sentido de que a relação de incompatibilidade entre a lei

**MS 28033 / DF**

ordinária e uma outra norma de caráter secundário se resolve no plano da legalidade, e não da inconstitucionalidade. De modo que, com essa observação, eu acompanho o Relator, concedendo a ordem.

23/04/2014

PLENÁRIO

MANDADO DE SEGURANÇA 28.033 DISTRITO FEDERAL

**VOTO**

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - Senhor Presidente, eu tenho uma outra ótica, porque tenho a impressão de que essa punição, ainda que fosse aplicada, já estaria prescrita. Estamos em 2014, acho que isso prescreve em dois anos.

Vou acompanhar o voto do Ministro Barroso, tendo em vista que o Presidente pode avocar o processo. De sorte que o encaminhamento dado foi, digamos assim, uma avocação provocada, seria até uma **contraditio in terminis**. Foi isso, mais ou menos, que aconteceu.

Vou acompanhar a denegação da ordem no voto do Ministro Roberto Barroso, até porque, no meu modo de ver, há prescrição **in casu**.

**23/04/2014****PLENÁRIO****MANDADO DE SEGURANÇA 28.033 DISTRITO FEDERAL****VOTO****O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI:**

Senhor Presidente, tudo o que ocorreu foi no piloto automático, seguindo o regulamento. E a abordagem feita pelo Ministro **Teori** deixou evidente que não houve, por parte da comissão processante, a sugestão de uma pena que fosse da competência originária do Presidente, como também não houve aqui uma avocação. Então, a autoridade competente para o julgamento imediato seria o Diretor. E contra essa decisão caberia recurso hierárquico ao Presidente. A forma como o regulamento fez processar-se o feito, porque não houve avocação e não houve indicação de uma pena da competência da Presidência, representou um prejuízo à impetrante. Por quê? Porque, pela lei, e não pelo regulamento, outra seria a autoridade.

Por esses fundamentos, peço vênica à divergência para acompanhar o Relator.

Quanto à declaração de inconstitucionalidade, eu penso desnecessária, porque nós mesmos temos autoridade para mudar esse regulamento e podemos fazê-lo, de imediato, em uma sessão administrativa.

**23/04/2014****PLENÁRIO****MANDADO DE SEGURANÇA 28.033 DISTRITO FEDERAL****VOTO**

**A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA** - Senhor Presidente, eu até comungo de grande parte da fundamentação apresentada pelo Ministro Barroso, seguida pelo Ministro Fux. Entretanto, o esclarecimento, principalmente o que realçou, o que já se tinha no voto do Ministro Marco Aurélio, a propósito da questão posta pelo Ministro Teori, leva-me a acompanhá-lo, com as vênias do Ministro Barroso e do Ministro Fux, exatamente pela circunstância de que os dois argumentos, quanto à inconstitucionalidade formal - quanto à primeira, todos estamos de acordo -, quanto ao segundo dado, efetivamente, acho que, quando houve a transposição imediata do processo para a solução pelo Presidente, suprimiu-se um direito, que pode ser rotulado de líquido e certo, da impetrante, que seria o de ela ter o direito ao reexame, uma vez que a pena a ser aplicada não era da competência do Presidente. Ele não avocou por alguma razão que justificasse essa supressão, digamos, de um dado, de uma escala.

Por essa razão, neste caso e apenas neste caso, eu acompanho o Relator, mas não declaro a inconstitucionalidade, porque acho que se resolve pela interpretação da lei, portanto, no nível da legalidade e não da constitucionalidade.

É como voto, Senhor Presidente.

\*\*\*\*\*

23/04/2014

PLENÁRIO

MANDADO DE SEGURANÇA 28.033 DISTRITO FEDERAL

VOTO

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE) - Eu vou pedir vênia ao eminente Relator e acompanhar a divergência.

Primeiramente, o faço porque entendo que quem pode o mais pode o menos. Se o Presidente pode aplicar a pena de demissão e cassação de aposentadoria, ou até a pena de disponibilidade, ele pode aplicar a sanção de suspensão.

Em segundo lugar, eu verifico, *data venia*, que as acusações contra a servidora são muito graves. Há uma primeira acusação, de caráter genérico, mas aparentemente comprovada nos autos, de que ela, sistematicamente, teria se valido de ironias, deboches, agressões verbais e desqualificação da chefia imediata perante a equipe, visando a uma promoção e afastar a chefia que atuava na seção em que ela trabalhava.

Não bastasse isso, existem outras acusações que são bastante graves, a meu ver: dentre elas, o descumprimento à determinação expressa de comparecimento às sessões, porque ela trabalhava como taquígrafa; e também há uma outra acusação, uma outra constatação, que ela não teria condições de saúde para manter-se no trabalho.

A meu ver, uma comissão de sindicância emite um parecer, que pode ou não ser adotado, quanto à punição, pela autoridade que vai aplicar essa punição. No caso, foi sugerida uma punição de suspensão de sessenta dias.

O Diretor, talvez atentando às gravíssimas acusações imputadas à

**MS 28033 / DF**

servidora, encaminhou o processo ao Presidente, que, em tese, a meu ver, poderia ter aplicado uma penalidade mais grave, mas decidiu seguir aquela penalidade sugerida pela comissão sindicante, a comissão que apurou as faltas da servidora e concluiu pela suspensão de sessenta dias.

Então, com a devida vênia, eu acompanho a divergência pelos argumentos que já foram expendidos pelo Ministro Barroso e pelo Ministro Fux.

**23/04/2014**

**PLENÁRIO**

**MANDADO DE SEGURANÇA 28.033 DISTRITO FEDERAL**

**DEBATE**

**O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI** - Senhor Presidente, Vossa Excelência me permite? Esse cancelamento é sem prejuízo de que novo julgamento seja feito pela autoridade competente. Não é isso?

**O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR)** – Estou julgando, Presidente, o mandado de segurança. A questão que se coloca é se, no caso, o ato impugnado se mostrou legítimo. Concluo que não e, para mim, a consequência jurídica é a insubsistência desse ato.

**O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE)** - Ministro Teori, Vossa Excelência quer fazer o registro?

**O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR)** – Poderemos ter desdobramento.

**O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI** - Quero apenas deixar esclarecido que se anula a aplicação da pena de sessenta dias, segundo o meu entendimento, sem prejuízo...

**O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR)** – É que não posso reabrir o processo administrativo, porque teria o problema até sob o ângulo da prescrição.

**O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: CANCELADO.**

**O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI** - O processo administrativo vai para a autoridade competente, que, em novo julgamento, vai aplicar a pena.

**MS 28033 / DF**

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – Embora não decida essa matéria, Presidente. Limito-me às balizas objetivas da impetração e, agora, com a possibilidade de, se a autoridade administrativa concluir que não houve ainda a prescrição, vir ela própria, o Diretor-Geral, a aplicar a punição que entender cabível.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE) - Com esse esclarecimento acho que Vossa Excelência se dá por satisfeito.

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI - Sim. É nesse sentido.



**PLENÁRIO**

**EXTRATO DE ATA**

**MANDADO DE SEGURANÇA 28.033**

PROCED. : DISTRITO FEDERAL

**RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO**

IMPTE.(S) : CLÁUDIA LÚCIA ROCHA CUBAS BRIOSA

ADV.(A/S) : PEDRO HENRIQUE GAMA FERREIRA

IMPDO.(A/S) : PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

**Decisão:** O Tribunal, por maioria e nos termos do voto do Relator, concedeu a segurança, vencidos os Ministros Roberto Barroso, Luiz Fux e Ricardo Lewandowski. Não foi atingido o *quorum* para a declaração de inconstitucionalidade da expressão "até trinta dias, submetendo ao Presidente aquelas que excederem a esse período", contida na alínea "n" do inciso IX do artigo 65 do Regulamento da Secretaria do Supremo. Ausentes, justificadamente, o Ministro Gilmar Mendes e, neste julgamento, os Ministros Joaquim Barbosa (Presidente) e Rosa Weber. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski (Vice-Presidente). Plenário, 23.04.2014.

Presidência do Senhor Ministro Joaquim Barbosa. Presentes à sessão os Senhores Ministros Celso de Mello, Marco Aurélio, Ricardo Lewandowski, Cármen Lúcia, Dias Toffoli, Luiz Fux, Rosa Weber, Teori Zavascki e Roberto Barroso.

Procurador-Geral da República, Dr. Rodrigo Janot Monteiro de Barros.

p/ Luiz Tomimatsu  
Assessor-Chefe do Plenário